

Aviso n.º 16478/2018

1 — Nos termos do disposto do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, aplicável por remissão do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do IEFP, I. P., de 31 de outubro de 2018, foi homologada a lista unitária de ordenação final relativa ao procedimento concursal para a constituição de relação jurídica de emprego público, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública, publicado na Bolsa de Emprego Público com a referência BEP OE201805/1454.

2 — A lista unitária de ordenação final homologada encontra-se afixada nas instalações do edifício sede do IEFP, I. P., sito na Rua de Xabregas, 52, em Lisboa, e igualmente disponível na página eletrónica do IEFP, I. P., em www.iefp.pt/recursos-humanos, separador “PRE-VPAP — Procedimentos Concursais”.

3 — Do ato de homologação da referida lista de ordenação final pode ser interposto recurso hierárquico, de acordo com o estatuido no n.º 3 do artigo 39.º da mencionada Portaria.

2018-11-02. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Ana Paula Gonçalves Antunes*.

311784467

Aviso (extrato) n.º 16479/2018

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1.º do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência da deliberação do Conselho Diretivo do IEFP, I. P., de 23 de agosto de 2018, que homologou as listas unitárias de ordenação final dos procedimentos concursais de regularização extraordinária de vínculos precários, publicitados na Bolsa de Emprego Público sob os códigos de oferta OE201805/0871, OE201805/0872 e OE201805/0873, se procedeu à integração no mapa de pessoal do IEFP, I. P., ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, e foram celebrados os respetivos contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com dispensa do período experimental, nos termos do artigo 11.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, com os seguintes trabalhadores:

Nome	Categoria/carreira	Posição remuneratória	Nível remuneratório	Data de início
Ana Judite da Conceição Diogo Gonçalves	Técnico Superior	2.ª	15	2018-11-02
Célia de Jesus Cangarato Palma	Técnico Superior	2.ª	15	2018-11-02
Fernanda Isabel Belchior Costa	Técnico Superior	2.ª	15	2018-11-02
Bernardo Manuel Monteiro Leal Salvado	Técnico Superior	2.ª	15	2018-11-02
Rute Isabel Sequeira de Sousa	Técnico Superior	2.ª	15	2018-11-02
Julietta Carina Campôa dos Santos Neto	Técnico Superior	2.ª	15	2018-11-02
Sónia Isabel Teixeira Manuel Gomes	Técnico Superior	2.ª	15	2018-11-02
Marisa Filipa Guerreiro Rosa	Técnico Superior	2.ª	15	2018-11-02
Cristina Isabel Torres Soares	Técnico Superior	2.ª	15	2018-11-02
Tiago Miguel Baía Marques Rosa	Técnico Superior	2.ª	15	2018-11-02
Elisabete Rodrigues Fonseca Martins	Técnico Superior	2.ª	15	2018-11-02
Sandra Isabel Santos Barreto	Técnico Superior	2.ª	15	2018-11-02
Inês Margarida Samora Barros Roque Rangel	Técnico Superior	2.ª	15	2018-11-02

2018-11-02. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Ana Paula Gonçalves Antunes*.

311785325

Deliberação (extrato) n.º 1247/2018

Nos termos e ao abrigo do previsto no n.º 4 do artigo 5.º dos Estatutos do IEFP, I. P., aprovados pela Portaria n.º 319/2012, de 12 de outubro, alterada pela Portaria n.º 191/2015, de 29 de junho, e no n.º 11 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD), aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, o Conselho Diretivo, na sua reunião de 16 de outubro de 2018, deliberou nomear, em regime de comissão de serviço, pelo período de 3 anos, sem prejuízo do direito de opção pelo respetivo vencimento ou retribuição base da função, cargo ou categoria de origem conforme previsto no artigo 31.º do EPD, a licenciada, Maria Luísa Dias Barreto, como Diretora do Centro do Centro de Emprego de Valongo da Delegação Regional do Norte, cargo de direção intermédia de 1.º grau, com efeitos a 1 de novembro de 2018.

A presente nomeação é fundamentada no facto de, em sede de procedimento concursal, a licenciada ter revelado comprovada experiência profissional na área de atuação do cargo, formação profissional nas áreas de interesse do lugar a prover, forte motivação, sentido de organização e capacidade de liderança, conforme evidência a respetiva nota curricular em anexo:

Nota curricular

Maria Luísa Dias Barreto, com 57 anos, natural de Santa Cruz do Douro — Baião, residente em Águas Santas — Maia, é Licenciada em Gestão de PME pela Universidade Fernando Pessoa, Porto, com defesa da Monografia “Perspetivas Sobre o Mercado de Emprego em Portugal na Última Década”, tem Pós-graduação de Especialização em Gestão de Empresas Sociais pelo ISSSP — Instituto Superior de Serviço Social do Porto e frequência do Curso de Engenharia Civil na Faculdade de Engenharia da UP e fez o Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública.

Com vínculo ao IEFP, I. P. desde 1988, foi integrada na carreira de Técnica Superior Assessora em 2005, desempenhou funções técnicas e alguns cargos em várias unidades orgânicas donde se destacam: Chefe de

Serviços do Centro de Emprego do Porto; Diretora no Centro de Emprego de Amarante e Diretora do Centro de Emprego de Valongo.

No âmbito das suas atribuições no IEFP, I. P. foi interlocutora em parcerias para a integração profissional de minorias étnicas e de públicos carenciados, na luta contra a pobreza dos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses; membro do Comité de Pilotagem da Agenda para a Empregabilidade da CIM do Tâmega e Sousa; membro dos Conselhos Locais de Ação Social, dos Conselhos Municipais de Educação e de Escola e integrou grupos de trabalho sobre as temáticas de empregabilidade, abandono escolar, desemprego, adequação da oferta formativa às necessidades das empresas e impacto das medidas de apoio ao emprego nos tecidos económicos e sociais em diferentes concelhos do distrito do Porto.

2018-10-30. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Ana Paula Gonçalves Antunes*.

311775305

CULTURA**Gabinete da Ministra****Despacho n.º 10544/2018**

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública realizou procedimento concursal para o cargo de Presidente do Conselho Diretivo do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P., publicado pelo Aviso (extrato) n.º 780/2018, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 9, de 12 de janeiro, em obediência às regras de recrutamento e seleção dos cargos de direção superior, estabelecidas nos artigos 18.º e 19.º do Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a última alteração introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro.

Considerando que, nos termos previstos no n.º 8 do artigo 19.º do citado Estatuto do Pessoal Dirigente, o júri do procedimento concursal in-

dizou três candidatos, com mérito para constituir a respetiva proposta de designação, entre os quais o licenciado Luís Afonso de Chaby Rosa Vaz.

Assim, nos termos do estatuído nas disposições conjugadas do n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, do n.º 2 do artigo 1.º, da alínea a) do artigo 4.º e do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 79/2012, de 27 de março, que aprova a orgânica do Instituto de Cinema e do Audiovisual, I. P.;

1 — Designo, em regime de comissão de serviço, por um período de cinco anos renovável por igual período, Luís Afonso de Chaby Rosa Vaz para exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretivo do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P., cujo currículo académico e profissional, que consta da nota curricular que se anexa ao presente despacho, evidencia a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.

2 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua publicação.

29 de outubro de 2018. — A Ministra da Cultura, *Graça Maria da Fonseca Caetano Gonçalves*.

Nota curricular

Luís Chaby Vaz nasceu em 31 de maio de 1967, em Lisboa.

Licenciado em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa (1993, menção Jurídico-Económica) e Pós-Graduado em Direito da Comunicação/Economia da Comunicação pelas Universidades de Coimbra e Poitiers (1995).

Iniciou a sua atividade profissional em 1993 como Advogado na Sociedade de Advogados Coelho Ribeiro e Associados, com especial dedicação às áreas do direito comercial, direitos de autor e direitos conexos.

Em 1996 foi nomeado Subdiretor do Teatro Nacional São João, no Porto, onde se manteve até ao ano 2000, com os pelouros administrativos, financeiros e da comunicação.

No ano 2000, integrou o Grupo Young & Rubicam Portugal como Diretor Geral da unidade digital deste grupo publicitário e mais tarde, integrando a área de Advertising e New Business.

Em 2004 foi nomeado Vogal do Conselho de Administração do Teatro Nacional D. Maria II, cargo que exerceu até janeiro de 2006.

Em abril de 2006 é designado Presidente do Conselho de Administração da Tobis Portuguesa, S. A., mandato que interrompeu quando foi nomeado para Chefe do Gabinete do Ministro da Cultura, funções que desempenhou até janeiro de 2010.

Em abril desse mesmo ano é nomeado Conselheiro Cultural da Embaixada Portuguesa em Espanha.

Em setembro de 2013 regressa a Portugal onde integra os quadros da Capital Criativo S. A. com as funções de Project Manager. No âmbito desta colaboração, foi designado administrador de sociedades participadas por aquela entidade gestora. Desde setembro de 2016 tem desenvolvido a sua atividade profissional como consultor de empresas, em regime liberal.

E, desde junho de 2017, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. em regime de substituição.

311808507

Direção-Geral das Artes

Aviso n.º 16480/2018

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 25 de setembro de 2018, precedido dos pareceres prévios favoráveis do trabalhador e do respetivo serviço de origem, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade na categoria do técnico superior Rui Miguel Grilo Teigão, no mapa de pessoal da Direção-Geral das Artes, com efeitos a 1 de outubro de 2018.

Nos termos do n.º 5 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o trabalhador mantém o posicionamento remuneratório detido na situação jurídico-funcional de origem, designadamente entre a 3.ª e a 4.ª posição remuneratória e entre o 19.º e 23.º nível remuneratório da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, a que corresponde a remuneração base mensal de 1.468,79 €.

25 de outubro de 2018. — A Diretora-Geral, *Sílvia Belo Câmara*.
311767619

Aviso n.º 16481/2018

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 29 de agosto de 2018, precedido dos pareceres prévios favoráveis do trabalhador e do

respetivo serviço de origem, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade na categoria do técnico superior Nuno Alexandre Oliveira da Silva Loio, no mapa de pessoal da Direção-Geral das Artes, com efeitos a 1 de setembro de 2018.

Nos termos do n.º 5 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o trabalhador mantém o posicionamento remuneratório detido na situação jurídico-funcional de origem, designadamente na 2.ª posição remuneratória e no 15.º nível remuneratório da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, a que corresponde a remuneração base mensal de 1.201,48 €.

25 de outubro de 2018. — A Diretora-Geral, *Sílvia Belo Câmara*.
311767432

EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas Amadeo de Souza Cardoso, Amarante

Aviso n.º 16482/2018

Homologação da Lista Unitária de Ordenação Final — Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários destinados a assistentes operacionais

Nos termos e para os efeitos conjugados do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, e do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que foi homologada, a 24 de outubro de 2018, a lista unitária de ordenação final dos candidatos, referente ao procedimento concursal de regularização extraordinária dos vínculos precários para constituição de relação jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo aviso publicado na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta OE201810/0081, para preenchimento de catorze postos de trabalho, na categoria de assistente operacional, da carreira de assistente operacional.

Nome	Posto de trabalho	Classificação final (valores)
Amandina Alcina Carvalho Babo	Assistente operacional	19,17
Ana Isabel Almeida da Silva	Assistente operacional	19,17
Ángela Andreia Bessa Ribeiro . . .	Assistente operacional	19,17
Emília Cidália Pinto Ferraz	Assistente operacional	19,17
Emília Elisabete Rocha Ribeiro Castro Teixeira.	Assistente operacional	19,17
Sílvia Maria Silveira Pinto	Assistente operacional	19,17
Vera Lúcia Coimbra Chantre	Assistente operacional	19,17
Ana Adelaide da Costa Penetro . . .	Assistente operacional	18,83
Maria da Conceição Costa Penetro	Assistente operacional	18,83
Maria da Graça Queirós Pinto	Assistente operacional	18,83
Maria de Lurdes Moreira Macedo	Assistente operacional	18,83
Maria Rosa Teixeira Estrela	Assistente operacional	18,83
Maria Silva Pinto	Assistente operacional	18,83
Diogo Francisco Teixeira Oliveira	Assistente operacional	17,50

29 de outubro de 2018. — O Diretor, *Joaquim Artur Pereira Correia*.
311774836

Agrupamento de Escolas Baixa-Chiado, Lisboa

Aviso n.º 16483/2018

Nos termos do disposto no artigo 132.º do Decreto-Lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro, faz-se público que se encontra afixada a partir da presente data, na sala dos professores da escola, na sede deste Agrupamento, para consulta dos interessados, a Lista de Antiquidade do Pessoal Docente reportada a 31 de agosto de 2018.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

30 de outubro de 2018. — O Diretor, *João Paulo Martins Pereira Leonardo*.

311778627